

PRONUNCIAMENTO DO SENHOR DEPUTADO SARAIVA FELIPE NA ABERTURA DO 17º Fórum Nacional: ensino superior Particular brasileiro – eixo central: Economia da educação: geração de valor para a sociedade

Ao agradecer o Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior-SEMESP, pelo honroso convite, quero parabenizar o Fórum Nacional do Ensino Superior Brasileiro pela realização de sua 17ª edição.

Excelentíssimos participantes deste importante Fórum, cujo eixo será a **Economia da educação: geração de valor para a sociedade;**

Sras e Srs.

Inicialmente, trago a saudação de vários colegas parlamentares que gostariam de ter comparecido a este evento, mas estão envolvidos com a intensa agenda da Câmara dos Deputados, como os Srs. sabem.

Eu mesmo hesitei um pouco, mas me propus a fazer algum malabarismo para estar aqui presente e vou dizer por quê.

Não poderia faltar.

Como Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados tenho participado de vários debates.

Temos dado, neste ano, especial atenção ao Plano Nacional de Educação, cuja execução se inicia em momento em que o cenário econômico traz algumas preocupações, como já vimos na abertura, acerca do panorama da economia e os impactos no setor educacional.

Tenho ouvido opiniões interessantes sobre a relação entre Educação e Economia, mas que têm se concentrado nos desafios da Educação como um sintoma da crise.

Ora são apontadas as dificuldades por que passam as universidades federais, ora o tema que surge é a questão do FIES ou a demanda reprimida de instituições de educação infantil.

Todos estes são temas da maior relevância – mas que nos levam a este terreno – da Educação como sintoma da crise.

O que me motivou a estar aqui hoje é a mudança de abordagem proposta por este Fórum.

Vamos discutir a Educação como possível solução para a crise, como elemento fundamental para combatê-la, como vetor do crescimento econômico do País.

Recuperar a visão de que é preciso maximizar o valor da Educação para a sociedade, reconhecer o efeito multiplicador da formação das pessoas, garantir a inclusão - são pautas que dialogam com o momento atual.

Momento em que é necessário consolidar avanços da democracia brasileira nos campos da moral, da política, das políticas públicas e da economia.

Que outro instrumento, senão a Educação, poderia ser inspirador neste contexto?

Como professor universitário, mas também ligado à área de Saúde, gosto de pensar na Educação não como sintoma da crise, mas como vacina e remédio para vencer os desafios que esta apresenta.

Em relação à educação superior, a graduação é um dos relevantes elementos de mobilidade social e de aumento da renda. Um brasileiro com nível superior auferem 2,9 vezes mais que outro sem escolaridade e 1,6 vezes mais do que um detentor apenas de ensino fundamental.

Mesmo considerando a importância dos cursos superiores e a despeito do Plano Nacional de Educação prever a ampliação das matrículas líquidas e brutas até o fim de sua vigência, a necessidade de aceleração da taxa de crescimento das matrículas é essencial. Sem isso, o Plano não será cumprido.

Por essa razão, a educação superior precisa ter algumas perspectivas bem delineadas. Deve fortalecer laços com o ensino médio. Deve participar ativamente na promoção da Educação a Distância, com qualidade, para cumprir as metas do PNE. Deve buscar a ampliação das matrículas nos cursos superiores públicos e cada vez mais estruturar bem e de modo sustentável mecanismos de financiamento estudantil como o FIES. Deve, também, contribuir para o fortalecimento da educação profissional em todos os níveis. Sob todos os pontos de vista, a complementaridade entre setores público e privado é fundamental para o desenvolvimento da educação superior brasileira.

Segundo o censo da educação superior, de 2013, as IES privadas têm uma participação de 74,% no total de matrículas de graduação.

No caso da educação a distância-EAD, este percentual sobe para 86,6%.

Dos cerca de 31 mil cursos presenciais, mais de 20 mil eram oferecidos pela rede privada em 2013.

No caso da EAD, dos pouco mais de mil e duzentos cursos, 755 eram da rede privada.

Assim, vejo que o setor privado é fundamental cumprir o PNE.

Não vejo como poderia ser diferente para atingir a Meta 12 que visa a elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Ao elaborar o Mapa do ensino superior – trabalho que desenvolve desde 2011- esta entidade dá uma importante contribuição para que, a partir do diagnóstico preciso, sejam feitas as intervenções para a melhoria da educação superior e o cumprimento das metas do PNE.

Bom Fórum a todos e todas!